

## Museu do Trajo de S. Brás de Alportel - uma experiência particular<sup>1</sup>

Emanuel Sancho<sup>2</sup>

O processo de recolha sistemática iniciado em 1980, pelo Padre José da Cunha Duarte está na génese da actual estrutura. A integração do museu na Santa Casa da Misericórdia de S. Brás de Alportel surgiu a partir de 1987, o que de imediato resultou na instalação, em espaço próprio e no início do desempenho, embora tímido, de algumas funções museológicas. A Instituição dotou a sua nova valência com dois documentos directores: o Protocolo de Integração e um Regulamento Interno. Determinante no seu desenvolvimento inicial foi a cooperação de técnicos e instituições da área dos museus que implantaram procedimentos e metodologias de trabalho. Localmente, a população aderiu ao projecto com entusiasmo, o que não evitava o estado ruinoso em que o edifício se encontrava e as condições de habitabilidade, de exposição e conservação deixarem muito a desejar. O período que decorre até ao ano de 1992 foi marcado pela persistência solitária perante o desinteresse das entidades oficiais que o viam como uma ideia passageira condenada ao fracasso.

A partir de 1993, o posicionamento oficial muda. O discurso das assimetrias e do despovoamento do interior do Algarve parece ter vindo em socorro de um Centro Cultural que, apesar de tudo, se vinha afirmando. Os apoios financeiros começaram a chegar e, durante cerca de uma década, os edifícios e os espaços circundantes sofreram sucessivas campanhas de obras de recuperação. Apesar de diminuído nos espaços e nas condições, as actividades museais nunca pararam e o museu manteve sempre as portas abertas. Em 2003, os edifícios e os espaços em geral, apresentavam já condições satisfatórias de exposição e conservação. As actividades expositivas surgidas a partir do ano de 2004 denotam um melhoramento qualitativo assinalável. O intercâmbio com outros museus passou a ser prática corrente e as opções museográficas alteraram-se.

### Tutela e sustentabilidade

Actualmente a Santa Casa da Misericórdia de S. Brás de Alportel detém a propriedade dos imóveis e tutela a Casa da Cultura e Museu. Sendo uma instituição de vocação eminentemente social, o surgimento de uma componente cultural com estas características, constituiu para a instituição uma incursão num campo desconhecido. O tipo de acervo não é também, aquele que se poderia esperar num típico museu de Misericórdia. Numa atitude sensata, a Mesa Administrativa da Misericórdia concede uma ampla liberdade de movimentos na gestão cultural sem deixar de se empenhar na melhoria das condições, investindo, acompanhando e vivendo intensamente os seus sucessos e insucessos.

Nos termos dos compromissos assumidos, a tutela garante os *serviços mínimos* que correspondem essencialmente à manutenção de um horário de abertura e a alguma actividade de dinamização cultural ao nível do Concelho. A direcção do museu gere os recursos disponíveis de forma racional, tentando rentabilizá-los através de um leque variado de expedientes, como o voluntariado, os apoios das entidades oficiais, o mecenato, o patrocínio, as receitas provenientes de ingressos, a loja e a prestação de serviços a entidades externas.

---

1 Artigo publicado em 2006, na revista MUSEAL (Museu de Faro)

2 Diretor do Museu

### **Opções, tendências e princípios orientadores**

Pareceu, desde cedo, que as áreas de especialização do museu deveriam ser delimitadas e, se possível, restringidas a uma única e bem definida. Contudo, num meio pequeno, de características rurais, como S. Brás de Alportel, a especialização nunca foi uma necessidade. As populações, com alguma razão, assimilaram a ideia que os museus etnográficos são elementos naturais da paisagem rural, enquanto os museus de especialidade são encarados como um fenómeno urbano. Por esta razão, a componente etnográfica foi assumida desde cedo como uma resposta às expectativas gerais da existência de um espaço-guardião da memória colectiva local. É assim que actualmente o museu assume a sua condição bicéfala, como uma solução de compromisso entre múltiplos interesses: tradição, acervo, expectativas da população, recursos disponíveis e sensibilidades individuais.

Por razões análogas de esforço de adaptação ao meio, o museu conhece actualmente uma nova evolução: o alargamento das suas áreas tradicionais de intervenção, ao nível das actividades e ao incremento da componente social e recreativa, aproximando-o do que é geralmente conhecido como um Centro Cultural.

Este fenómeno resulta essencialmente de uma evolução demográfica recente que estabelece no território servido pelo Museu, uma comunidade multinacional e multicultural que se julga atingir valores próximos dos 20%. Deve-se a referida evolução à intervenção directa e activa desses cidadãos na vida do próprio museu.

### **Identidade**

A condição de Museu de Misericórdia foi desde sempre discutida, tendo a possibilidade de uma integração na autarquia sido por diversas vezes encarada. Hoje, o assunto parece encerrado. A associação com a Instituição resulta numa clara supremacia das vantagens sobre as desvantagens.

A integração na Misericórdia obriga a um envolvimento social e à assunção dos seus princípios maiores. Fazendo parte de uma instituição sólida, que assenta numa filosofia muito própria e em princípios multisseculares, propicia um ambiente de estabilidade favorável à implementação de projectos de longo termo. Torna possível a concretização de *projectos de vida* de onde resultam investimentos pessoais elevados. Recupera as ideias de *causa*, ideologia, consciência social e cidadania, alargando o leque de envolvimento que se podem espriar pela ecologia, defesa do património, desenvolvimento integrado e outros. Devolve aos técnicos a responsabilidade pela criação, implementação e desenvolvimento dos projectos culturais sem interferências político-partidárias. Como entidade privada, a gestão financeira e a consequente racionalização de recursos é assumida como uma condição primordial. A manutenção no mundo real, onde as diferentes variantes estão integradas exige equilíbrio financeiro. A necessidade de se gerarem fundos, sendo uma condição de sobrevivência, permite-lhes uma integração social harmoniosa.

A independência em relação aos poderes instituídos confere-lhe liberdade, distanciamento, autoridade e condições de exercer publicamente o espírito crítico, condição indispensável ao exercício e produção de cultura.

### **Recursos humanos e gestão dos espaços**

O quadro de pessoal do Museu é composto por três pessoas (um director, um recepcionista e um funcionário polivalente) para um conjunto de serviços e espaços que num total de 5000 m<sup>2</sup>, integram 875m<sup>2</sup> de exposições, 110m<sup>2</sup> de auditório, 380m<sup>2</sup> de reservas técnicas, 350m<sup>2</sup> de serviços e 2000 m<sup>2</sup> de jardim.

Os Amigos do Museu, com um total de 260 membros contribuintes, integram alguns elementos que desenvolvem colaboração efectiva, por vezes, em áreas especializadas através de voluntariado responsável. O Instituto de Emprego, através dos vários programas ocupacionais que mantém, constitui um recurso importante, por vezes, com trabalho especializado. O mesmo acontece com variados tipos de estágios e programas do Instituto Português da Juventude.

As exposições principais são quase sempre comissariadas por personalidades exteriores ao museu, convidadas a título gratuito ou remunerado. Para as montagens recorre-se aos voluntários e ao espírito polivalente dos funcionários.

A formação e as diversas actividades regulares envolvem um corpo de oito formadores/professores, que num sistema auto-sustentado prestam um serviço à comunidade e geram recursos para museu.

Um Regulamento de Utilização dos Espaços, dirigido particularmente a entidades exteriores ao Museu, prevê um sistema justo de cedências gratuitas das facilidades a entidades sem fins lucrativos. Ao invés, a utilização das facilidades e recursos técnicos do museu por empresas ou particulares, reverte financeiramente em favor do museu.

### **As Colecções**

O acervo de trajo e têxteis é composto por cerca de 20000 objectos organizados por tipologias, sendo o objecto mais antigo do séc. XVIII. Ainda existem os núcleos associados aos acessórios do trajo, da chapelaria, do calçado, da bijuteria, da tecelagem, da alfaiataria, da modista/costureira e ainda das rendas e bordados. Este acervo tem uma taxa de inventariação de 60 %, mas está deficientemente estudado.

O acervo etnográfico é composto pelos núcleos da cortiça, das alfaias agrícolas, dos veículos de tracção animal, dos barros e da imaginária popular religiosa. Os cerca de 8000 objectos têm uma taxa de inventariação que ronda os 40 %, não tendo até a actualidade sido possível estudá-los seriamente.

As condições de conservação do acervo respeitam o geralmente recomendado em termos de conservação preventiva, no que diz respeito a luminosidade, humidade, temperatura e pragas. O museu não tem um conservador embora recorra a consultorias com frequência. A instalação deste núcleo em instalações definitivas e construídas de raiz decorrerá no corrente ano de 2006.

### **Actividade**

O Museu assume-se como a estrutura central que justifica pelas suas actividades de difusão – exposição e publicação – um horário de abertura ao público, em que o segmento patrimonial do trajo e da moda é visto como o meio eleito de abordagem dos contextos históricos, geográficos, sociais e culturais da região. As exposições principais obedecem a uma periodicidade bi-anual enquanto as exposições menores podem variar entre o trimestre e um ano. As exposições de artes plásticas, patentes na Galeria do Museu, têm uma duração média de 45 dias.

A difusão da informação através da publicação constitui também uma das funções assumidas pelo Museu. Ao ritmo aproximado de uma publicação por ano, os critérios temáticos resumem-se aos relacionados com as suas áreas de especialização, aos catálogos das exposições e, de uma maneira geral, aos estudos locais e regionais.

O tempo e as circunstâncias encarregaram-se de ver nascer os Amigos do Museu. O grupo assume um importante papel de dinamização cultural que recupera o conceito de Casa da Cultura constante nos documentos fundadores. As suas actividades não obedecem a quaisquer critérios limitativos. Procuram antes responder de forma positiva a quaisquer anseios ou expectativas da população em geral. Áreas tão díspares como a

arqueologia ou a história em geral, as artes plásticas, o artesanato, a etnomusicologia, a fotografia, a música, a língua portuguesa para estrangeiros, o yoga, a ginástica de manutenção, o Chi Qung, a literatura, o Tai Chi, as danças, os ciclos de palestras, os grupos temáticos de discussão, etc, fazem parte da programação recente. As actividades são maioritariamente pagas, embora os Amigos beneficiem de privilégios expressos em regulamento próprio. Os Amigos do Museu são ainda um recurso permanente do Museu para a obtenção de fundos, organização de eventos e mão-de-obra.

O departamento de serviços educativos tem uma existência intermitente em face das disponibilidades de pessoal embora, as visitas sejam por norma acompanhadas e animadas por colaboradores do museu.

### **Futuro**

Actualmente, o Museu do Trajo de S. Brás de Alportel não dispõe de serviços educativos, as colecções estão deficientemente estudadas, a inventariação em suporte informático mal foi iniciada e as reservas necessitam de reestruturação e acompanhamento técnico.

Apesar das lacunas, é uma estrutura museológica que tem trilhado o seu percurso de forma própria procurando estabelecer de maneira metódica as suas prioridades sem pôr em risco os bens perecíveis que tem sob a sua responsabilidade. Consciente de que as suas características fogem à normalidade, também não será de estranhar que o mesmo aconteça com as soluções encontradas.

Persegue um equilíbrio financeiro em que, pela prestação de um conjunto de serviços culturais, seja possível apresentar uma programação cultural de qualidade, promover a investigação, estudar e inventariar as colecções e melhorar as condições de conservação das colecções.